

Ex-emigrantes reclamam acesso gratuito à saúde

“ISTO É UMA TREMENDA ROUBALHEIRA”

Mais de 50 ex-emigrantes ribatejanos na Suíça concentraram-se frente ao Governo Civil de Santarém para exigir o acesso gratuito ao Serviço Nacional de Saúde. “Somos cidadãos de segunda ou portugueses de terceira?”, perguntam eles ao governo.

JOÃO NUNO PEPINO

“Eu fico com 99 euros e 80 cêntimos para viver durante o mês”, desabafa Rosalina Lopes, uma ex-emigrante ribatejana que trabalhou durante 14 anos na Suíça. É o que lhe sobra dos 280 euros que recebe de pensão da Suíça, depois de pagar o seguro privado de saúde – obrigatório no país helvético – e as taxas que o banco lhe cobra pela transferência do dinheiro. De uma forma geral, este caso exemplifica a revolta e os protestos dos cerca de 50 ex-emigrantes – vindos de quase todo o distrito – que se concentraram junto ao Governo Civil de Santarém, no dia 12 de Março. À primeira vista, os dramas humanos vividos pelos pensionistas parecem ser bem mais graves que a legalidade jurídica que está por detrás desta questão.

Os ex-emigrantes portugueses reclamam o acesso gratuito ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), do qual ficam excluídos se não se inscreverem num dos vários sistemas privados de saúde da Suíça. Segundo o acordo de livre circulação assinado entre os países da União Europeia e aquele país, os ex-emigrantes têm que subscrever o seguro, ficando a Suíça responsável pelo pagamento da assistência médica aos pensionistas. Além disso, os preços mais baixos praticados pelas seguradoras helvéticas rondam os 170 euros, um montante que os pensionistas afirmam ter grandes dificuldades para poder pagar. Para a Associação de Reencontro dos Emigrantes (ARE), que representa os manifestantes, esta situação é “claramente inconstitucional” e “gravemente lesiva” dos direitos dos cidadãos portugueses.

Em Santarém, os manifestantes entregaram um documento no Governo Civil onde acusam o actual governo de “discriminação” e, a pretexto desse acordo, “retirar o direito aos cuidados de saúde a vários milhares de portugueses”. Eram cerca de 50 pessoas, maioritariamente dos concelhos a norte do distri-



to, mas poderiam ser muitas mais, pois existem cerca de 6.500 portugueses nesta situação. Esta acção de protesto foi levada a cabo a nível nacional e repartiu-se por várias capitais de distrito, além de Santarém: Porto, Coimbra, Setúbal, Évora e Beja, assim como no Ministério da Saúde, em Lisboa, e na embaixada e vários consolados portugueses na Suíça.

Violação constitucional

No documento entregue ao governador civil, a ARE lembra o governo que o direito à saúde está consignado no artigo 64º da Constituição da República Portuguesa, onde se lê que “todos têm direito à protecção da saúde”, “através de um serviço nacional universal e geral, ... tendencialmente gratuito”. Para a associação, é precisamente isto que não está a ser respeitado.

A ARE tem promovido vários contactos com o Ministério da Saúde, que ainda não se traduziram em nada de concreto. O organis-

mo do Estado tem defendido que esta questão envolve também a Segurança Social portuguesa e acordos assinados por Portugal no âmbito da União Europeia. Para a associação, estes argumentos não passam de falsas questões; primeiro, o direito à segurança social está consignado no artigo 63º da Constituição e nada tem a ver com o direito universal à saúde; depois, o Sistema Nacional de Saúde é financiado directamente pelo orçamento anual do Estado, ao passo que as pensões da Segurança Social dependem dos descontos efectuados pelos trabalhadores, sendo, por isso, duas coisas completamente distintas. Além do mais, uma grande maioria dos ex-emigrantes têm anos de desconto entregues ao Estado português, mas que não contam para efeitos de reforma.

“É ao Estado português que cabe zelar pelos seus próprios cidadãos”, afirma Carlos Marum, o representante da ARE que esteve presente em Santarém. “Convém salientar que os suíços estão a aplicar o regime que é

usado lá”, frisa este responsável, imputando as responsabilidades por esta situação ao governo português, que a criou, ao assinar ou aceitar os novos acordos, e que está a fazer muito pouco para a resolver. No site da ARE (www.emigrantes.org) pode ler-se uma carta dirigida ao Presidente da República, onde a associação se queixa da falta de vontade e de empenho do Governo em solucionar esta questão, passando o dossier entre sucessivos organismos públicos “sem que se vislumbre uma solução”.

O drama por quem o vive

“Nós só reclamamos a assistência médica em Portugal, que é uma coisa a que todo o cidadão português tem direito”, afirma João Manuel Martins, um scalabitano que passou 22 anos em Genebra. “O que sobra dá para pouco mais que o pão e o leite”, assegura, pois quase metade da sua reforma e da pensão da sua mulher são consumidas no seguro helvético; apesar de ambos terem descontos para a segurança social em Portugal, pois também trabalharam em Portugal durante alguns anos, apenas pedem a assistência médica gratuita e a participação nos medicamentos, lembrando que existem muitos ex-emigrantes reformados por invalidez ou com outros problemas de saúde graves.

Além de o pagarem bem caro, nada protege estes ex-emigrantes do fantástico funcionamento do SNS português. Residentes no concelho de Abrantes, Adelino Nunes e Manuel José levantam-se “às cinco da manhã para ir apanhar vez para uma consulta” na extensão de saúde do Carvalhal. Perdem uma manhã inteira e esperam até às duas da tarde pela consulta, mas “muitas vezes, a médica telefona a dizer que não vem, ou porque está doente, ou porque meteu um dia de férias ou por outra razão qualquer”, contam os reformados. “E vai um homem pagar isto para quê?”, pergunta Adelino Nunes...